

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM

GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**Transição e segurança energética na
Europa: alianças no Mar do Norte**

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 183 • 25 de maio de 2023

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Parque eólico offshore Middelgrunden](#).

Por: Kim Hansen

Fonte: Wikimedia commons

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Matheus Ribeiro de Paula (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Isabela Sússekind Rocha Torres (PUC-Rio)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora Azevedo Osuna Bittencourt (UFRJ)
Lohanna Rodrigues Reis (USP)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

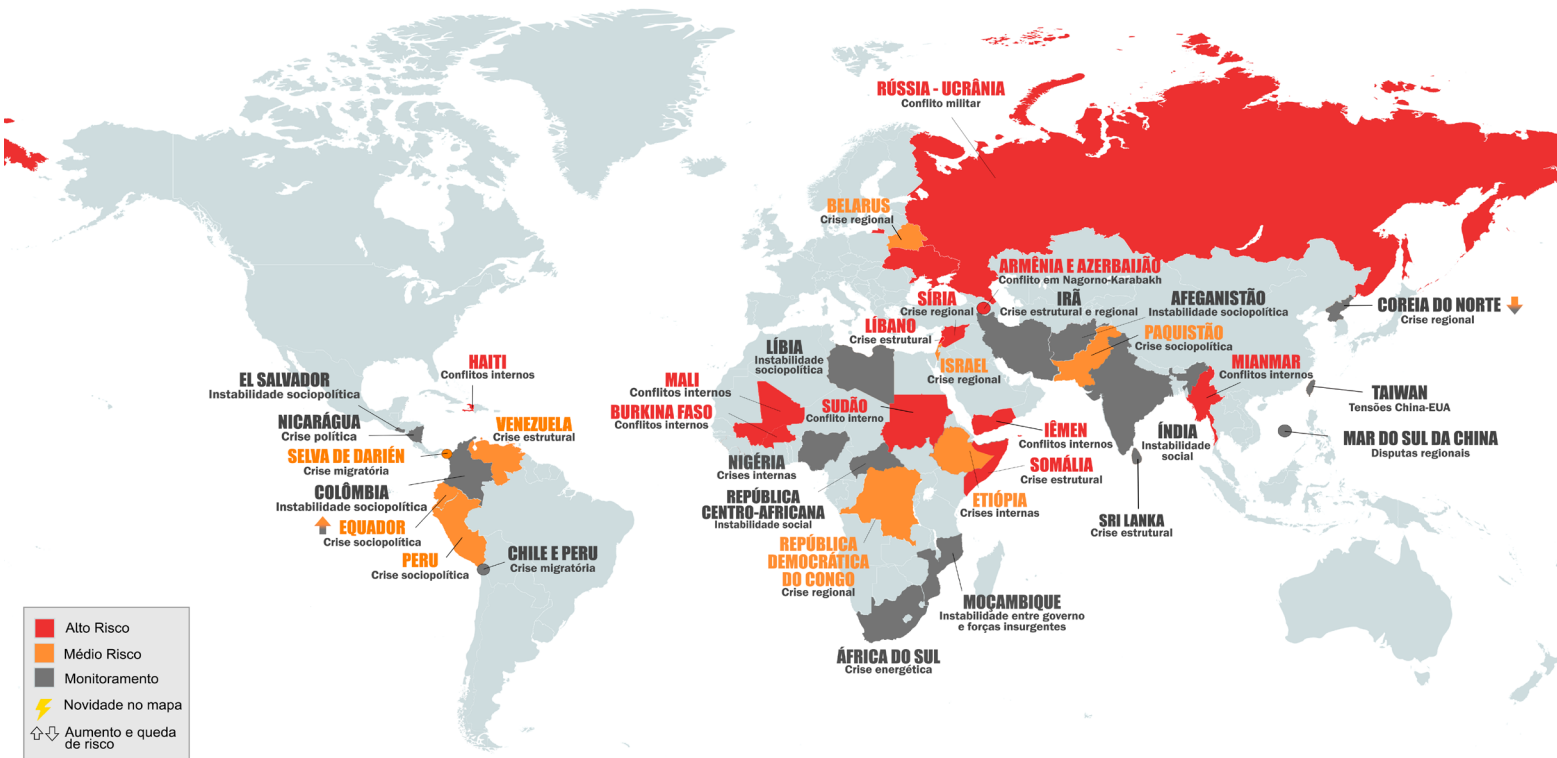


SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
Morte Cruzada: um ultimato diante da instabilidade equatoriana	5	G7 Hiroshima Summit 2023: Japão e os apelos pela não-proliferação nuclear	12
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		SUL DA ÁSIA	
Crise climática e segurança hídrica estadunidense	5	O fortalecimento da cooperação de Defesa entre Índia e o continente africano..	13
ÁFRICA SUBSAARIANA		SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
Como a crise política no Sudão se transformou em uma guerra civil?	6	Entre a exploração e a preservação: o caso do rio Mekong	14
Economia Azul: a estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde no Atlântico	7	ÁRTICO & ANTÁRTICA	
EUROPA		BRICS na Antártica: diferenças, semelhanças e possibilidades para o futuro	
Transição e segurança energética na Europa: alianças no Mar do Norte	8	TEMAS ESPECIAIS	
Kosovo avança com sua soberania no cenário internacional	9	Ciberataques: ameaças à digitalização das cadeias globais de valor	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa	
Expansão da cooperação entre Turquia e Rússia	10	Calendário Geocorrente	
RÚSSIA & Ex-URSS		Referências	
O dilema da energia nuclear europeia e o papel da Rússia	11	Mapa de Riscos	

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Luísa Barbosa



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

Morte Cruzada: um ultimato diante da instabilidade equatoriana

Matheus Ribeiro

Em 17 de maio de 2023, Guillermo Lasso, Presidente do Equador desde 2021, dissolveu a Assembleia Nacional por um mecanismo constitucional, após ser acusado de peculato, para evitar o processo de impeachment. A iminência do afastamento de Lasso pelo poder legislativo equatoriano resultou na resposta direta do Presidente: com a dissolução do Parlamento, o Tribunal Eleitoral do país é obrigado a convocar novas eleições gerais em até sete dias, com prazo do pleito para até seis meses. O cenário instável do Equador abre questionamentos sobre o decorrer do processo político e o fim do mandato presidencial de Lasso à frente do país sul-americano. Nesse contexto, este artigo busca elencar quais serão os possíveis desdobramentos sociais, políticos e econômicos.

Inicialmente, a popularidade do Governo de Lasso vem decaindo desde 2021, em decorrência das denúncias de corrupção do ex-banqueiro, que teve uma queda vertiginosa na aprovação popular de seu mandato, culminando no fortalecimento de setores de esquerda, liderados pelo partido de oposição *Alianza País*. O processo de instabilidade foi fomentado pelo escândalo envolvendo a “não-rescisão” de contratos firmados para transporte de petróleo bruto, com a empresa *Amazonas Tanker*, em colaboração com a estatal equatoriana, *Flopec*, resultando em uma dívida de US\$ 6

milhões aos cofres públicos do país. Tais acontecimentos demonstram a incapacidade executiva e o rechaço político-social mediante as ações do então Presidente.

Diante desse cenário, a “Morte Cruzada”, recurso constitucional para situações de crise, foi operacionalizado por Lasso para impedir o seu processo de destituição como chefe do Executivo. Em termos sociais e econômicos, nos últimos meses, o Equador tem sofrido com o aumento do custo de vida e da violência, dada à instabilidade na segurança pública gerada pela expansão do narcotráfico no país. Apesar de possuir relevante produção de petróleo, a difícil recuperação econômica equatoriana no cenário de pós-pandemia causa sucessivos protestos populares. Esses fatores, somados aos casos de corrupção no governo vigente, levaram à insatisfação sociopolítica.

Lasso se manterá no poder até o segundo semestre de 2023, quando prevê-se a realização de novas eleições. Esta nova administração terá mandato provisório até maio de 2025, fim original da gestão, conforme estabelece a Constituição equatoriana. Há expectativas de renovação política e vitória de opositores de Lasso, que deverão enfrentar a insegurança e desigualdades ampliadas na atual gestão. Nesse sentido, o cenário de insatisfação e depressão social no Equador está longe de acabar.

DOI 10.21544/2446-7014.n183.p05.

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Crise climática e segurança hídrica estadunidense

Victor Gaspar Filho

Um inverno atipicamente úmido levou reservatórios da Califórnia a encherem novamente, reduzindo os índices de seca no estado a menos de 8%. Após anos de clima implacável, os sistemas hídricos locais parecem estar se recompondo: o *State Water Project*, que fornece água para 27 milhões de californianos e 750.000 acres de terras agrícolas, e o *Federal Valley Project*, destinado primariamente à agricultura, estão aptos a atender toda a sua demanda pela primeira vez desde 2006. Todavia, esse recente período de abundância parece efêmero.

As altas temperaturas em maio de 2023 já levaram o Oregon, estado ao norte da Califórnia, a emitir alertas para a população, enquanto outros governos estaduais têm proposto medidas extraordinárias para aliviar os impactos das mudanças climáticas. Ainda, a disponibilidade de recursos hídricos tem sido gravemente perturbada, tensionando a relação entre os entes federativos. O rio

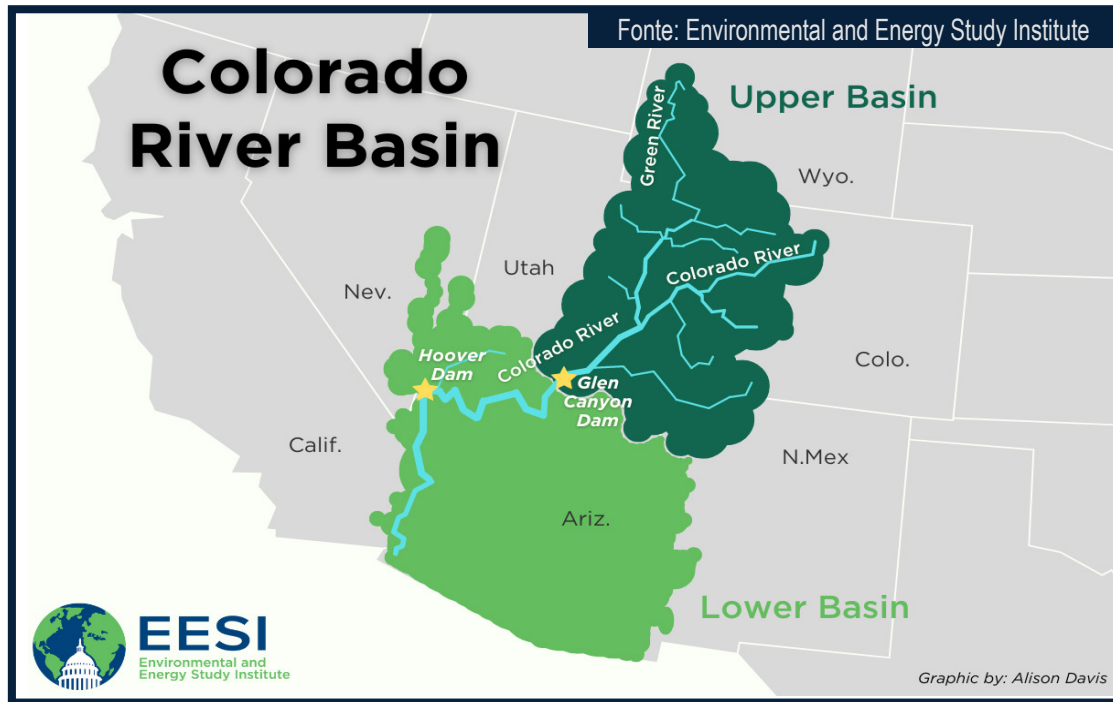
Colorado, responsável pela água e eletricidade de mais de 40 milhões de pessoas em sete estados do Oeste, atingiu baixas-recorde nos últimos meses ([Boletim 176](#)). Agravada pelo aumento populacional e produtivo, a crise levou o governo federal a intervir na administração dos recursos hídricos. Após os estados cortados pelo rio Colorado perderem dois prazos propostos pela administração federal para definir sua partilha, um acordo para a administração hídrica foi alcançado entre as partes.

Como cerca de 80% do rio Colorado é consumido pela produção agropecuária, a proposta para a contenção de danos formalizada em 22 de maio envolve cortes voluntários na produção em troca de compensações fiduciárias. A administração Joe Biden destinará US\$ 1.2 bilhão em fundos do *Inflation Reduction Act* para evitar o prejuízo de produtores enquanto esses realizariam a

maior parte dos cortes no consumo. A medida almeja reduzir o consumo em mais de um milhão e 234 mil litros d'água em três anos.

Através de diferentes arranjos, busca-se evitar a reincidência de casos como o de 2022, quando os lagos Mead e Powell, na Califórnia, chegaram a patamares quase insuficientes para a geração de energia hidrelétrica. Observa-se que, ainda que porções do estado californiano

estejam melhor abastecidas, isso também se deve a um clima atípico durante o inverno. Não é somente fundamental que a partilha seja realizada antes da chegada do verão, mas também que um planejamento de longo prazo seja adotado para que os recursos sejam suficientes para atender a demanda futura sem atingir a falência do sistema hídrico, surtindo consequências severas para a segurança da região, em seus variados aspectos.



DOI 10.21544/2446-7014.n183.p50-06.

ÁFRICA SUBSAARIANA

Como a crise política no Sudão se transformou em uma guerra civil?

Franco Alencastro

A crise política do Sudão adentrou um novo capítulo no ano de 2023. Em 15 de abril, tiveram início confrontos entre as Forças de Suporte Rápido (RSF, na sigla em inglês) e as Forças Armadas do Sudão (FA). Como o conflito possui raízes na organização das forças militares sudanesas e seus interesses econômicos, o envolvimento de atores externos como a Arábia Saudita pode aprofundá-lo.

A RSF foi criada em 2013, a partir de uma reestruturação das milícias Janjaweed, que atuaram ao lado do Estado sudanês no conflito de Darfur (2003-2020), constituindo-se, então, como uma força especial autônoma em relação ao restante das FA sudanesas. Além de atuar como força militar, a RSF também possui forte presença na economia do país, em setores que vão da agricultura ao sistema bancário. Desde fevereiro de 2023, no entanto, essa autonomia vem sendo questionada pelo líder de *facto* do país, o General Al-Burhan, que

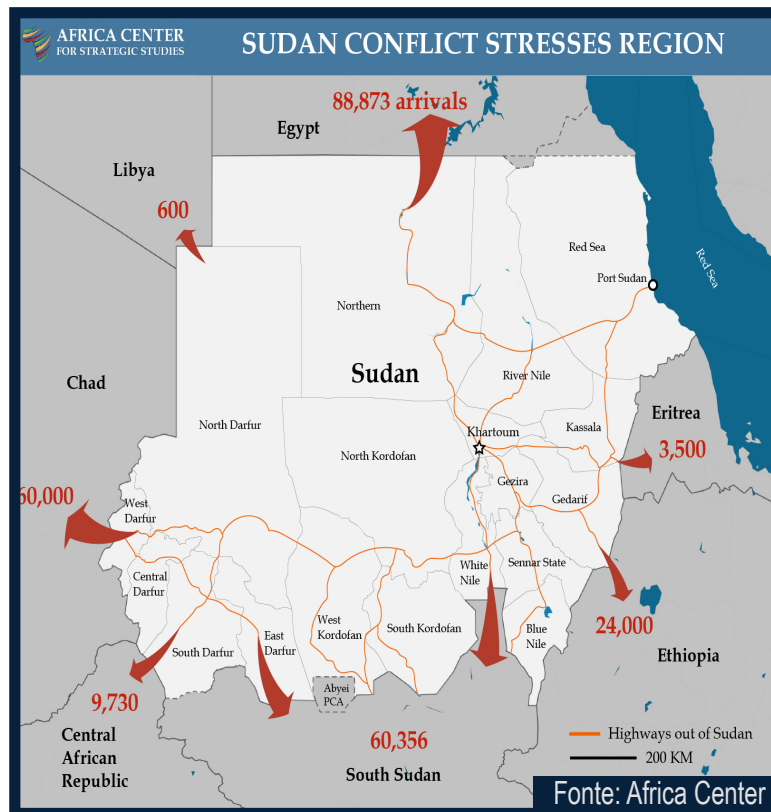
exigiu um prazo de dois anos para a integração plena da RSF às FA, deflagrando a crise entre o Estado sudanês e o líder da RSF, Mohamed Dagalo. A possibilidade da apropriação dos interesses econômicos da RSF pelas FA levou o grupo a organizar uma tentativa de tomada de poder em abril, concentrada em Cartum, com objetivo inicial de se apoderar do palácio presidencial e do aeroporto da capital.

Após o fracasso de tais ataques, a RSF passou a buscar uma estratégia de ocupação territorial, particularmente na região de Darfur. Embora não seja possível afirmar que o grupo possui vantagem no conflito, a RSF conta com aliados poderosos: a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos — que também participam do conflito no Iêmen ([Boletim 154](#)). A Rússia, por sua vez, em fevereiro de 2023, fechou um acordo com o Sudão para a construção de uma base naval em Porto Sudão, além de receber o líder da RSF, em Moscou um dia após o início do conflito

com a Ucrânia.

Embora ainda não tenha se materializado, o envolvimento externo pode prolongar o conflito, como já aconteceu em casos semelhantes no continente africano, o que traria consequências graves do ponto de vista

humanitário. Estima-se que, desde abril, os combates deixaram mais de mil mortos, enquanto mais de 200 mil sudaneses foram forçados a sair do país devido ao conflito, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.



DOI 10.21544/2446-7014.n183.p60-07.

Economia Azul: a estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde no Atlântico

Luísa Barbosa Azevedo

Cabo Verde, arquipélago composto por 10 ilhas a 450 km da costa ocidental africana, tem posição estratégica nas rotas marítimas internacionais do Atlântico Sul. Como parte dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês), categoria reconhecida pelas Nações Unidas, o país apresenta limitações de espaço geográfico, dimensão econômica e dependência externa para o seu desenvolvimento. Nesse último aspecto, o país baseia-se na adoção da Agenda 2030, inserida em seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026. Assim, de que maneira o governo cabo-verdiano se posiciona quanto às suas limitações e potencialidades enquanto SIDS?

O arquipélago, que possui 99,3% de seu território composto pelo mar, estabelece a Economia Azul como pilar para o seu desenvolvimento desde 2015 ([Boletim 20](#)). A partir disso, foi adotado uma Carta de Políticas da Economia Azul, uma Zona Especial de Economia Marítima e um Campus do Mar para qualificação profissional, assim como o reconhecimento de 7% do seu mar territorial como área marinha protegida. Assim, o governo cabo-verdiano estabelece como prioridade de

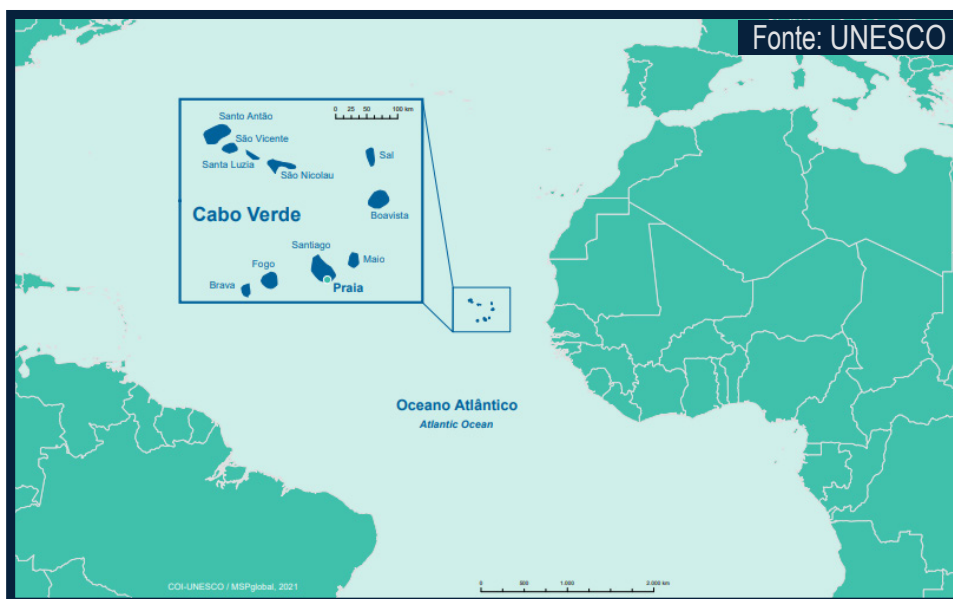
sua Política Externa a segurança marítima, objetivando viabilizar atividades basilares da sua economia, como turismo — que corresponde a 25% do seu PIB —, pesca, transporte e infraestrutura de seus nove portos, com potencial atualmente sub-explorado. Ainda, o combate a ilícitos marítimos que afligem o país, como a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) e o tráfico transnacional de drogas da rota América Latina-Europa via oceano Atlântico ([Boletim 97](#)), são condicionantes ao ao seu desenvolvimento

Ademais, desafios reconhecidos pelo governo para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde incluem as mudanças climáticas e a dívida externa. Visando enfrentar essas vulnerabilidades, o país defende o engajamento do financiamento climático em acordos focados em transição energética, a exemplo do compromisso de reinvestimento para o fundo climático da dívida externa com Portugal, sua ex-metrópole. A estratégia cabo-verdiana abrange também a cooperação multilateral sediando a primeira Cúpula das Forças Marítimas Africanas e a VIII Reunião de Ministros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, em 2023. »

Destaca-se a relação bilateral com os Estados Unidos em memorando de Defesa, de dezembro de 2022, e a inclusão no *State Partnership Program*.

O comprometimento de Cabo Verde com o desenvolvimento sustentável baseado na Economia Azul pauta-se no reconhecimento de um Estado marítimo

com capacidade de tornar-se um *hub* logístico no oceano Atlântico. É relevante, portanto, a legitimidade do país democrático, com possibilidade de liderar regionalmente e internacionalmente a agenda dos SIDS em uma área estratégica do Atlântico Sul.



DOI 10.21544/2446-7014.n183.p07-08.

EUROPA

Transição e segurança energética na Europa: alianças no Mar do Norte

Millene Santos

O cenário europeu atual enfrenta uma miríade de desafios em relação ao seu potencial de fornecimento de energia. Dada a perspectiva de mudanças climáticas globais, novas realidades econômicas e a necessidade de um fornecimento seguro e sustentável de energia, as principais potências europeias têm cooperado no âmbito da aliança estratégica entre os países do Mar do Norte. Esse panorama acarretou o desenvolvimento de um *hub* de energia eólica *offshore* em abril de 2023. Diante disso, como essa cooperação favorece a consolidação energética dos países europeus?

A aliança regional que estabeleceu a Cooperação Energética dos Mares do Norte (NSEC, em inglês) foi formalizada em 2016. Esse acordo contou com a participação de nove países europeus — Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Irlanda, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos e Suécia —, além da Comissão Europeia, com vistas a assegurar um aprovisionamento energético sustentável, seguro e a preços acessíveis para os países banhados pelo Mar do Norte. Uma versão atualizada foi assinada em dezembro de 2021 para refletir o aumento das metas estabelecidas no *Green Deal* europeu — lançado em 2019 como parte da estratégia da União Europeia (UE) para enfrentar as mudanças climáticas. Mais recentemente, em 2023, durante a *North Sea Summit*, foram assinadas medidas

para acelerar o desenvolvimento das capacidades de energia eólica na região. A ideia é que a iniciativa permita a geração de 120 GW até 2030 e pelo menos 300 GW até 2050.

O aprofundamento das relações entre esses Estados com foco na diversificação energética se torna ainda mais relevante, uma vez que a eclosão do conflito russo-ucraniano evidenciou a vulnerabilidade europeia nesse aspecto. Além disso, dada a perspectiva de graves mudanças climáticas e as ambiciosas metas verdes estabelecidas pela UE, essa rede de apoio mútuo representa a possibilidade de avançar na transição energética considerando o vasto potencial de fontes renováveis *offshore* dos mares do Norte. Segundo a Agência Internacional de Energia, o potencial eólico no Mar do Norte seria suficiente para atender a seis vezes a demanda da Europa por eletricidade.

Assim, percebe-se que a retomada das discussões no âmbito da NSEC favorece a consolidação da Europa em sua transição para fontes de energia renovável. Isso porque potencializa o surgimento de uma nova dinâmica de relações no setor, considerando-se que os membros da cooperação têm avançado na corrida global pela implementação economicamente viável e segura de fontes renováveis de energia *offshore*, especialmente a eólica.

DOI 10.21544/2446-7014.n183.p08.

Kosovo avança com sua soberania no cenário internacional

Gustavo da Hora Bittencourt

No final de abril de 2023, foi aprovada a primeira etapa da aceitação para adesão do Kosovo no Conselho da Europa, demonstrando grande evolução da política externa do país desde sua independência em 2008. No entanto, essa decisão estimula as tensões com a Sérvia, que considera a separação de sua ex-província uma violação do Direito Internacional. Sendo assim, é possível que esse movimento de aproximação afete a instável relação entre as partes envolvidas?

Apesar do reconhecimento diplomático de mais de 100 países, como Alemanha, Estados Unidos, França e Reino Unido, Kosovo não é formalmente um país membro das Nações Unidas, uma vez que Rússia, China e a própria Sérvia não reconhecem sua independência. No fim de 2022, a tensão entre os dois países já havia atingido um nível crítico, com o Exército sérvio estacionando seus obuses a apenas dois quilômetros da fronteira com sua antiga província. O ato representa seu descontentamento com as políticas internacionais que legitimam a soberania do Kosovo e desconsideram as tensões ao norte, região que ainda possui laço estreito com sua antiga capital, sendo pivô de recorrentes atritos entre os dois países.

Acredita-se que a expulsão de Moscou do Conselho da Europa, após o início do conflito na Ucrânia, tenha

facilitado o começo da aceitação do pedido de entrada de Pristina na instituição. Como resultado, não apenas as tensões Sérvia-Kosovo permanecem, mas a política externa sérvia com os demais países europeus também se encontra profundamente estremecida, principalmente com Kiev, — que votou a favor da entrada de Kosovo —, mesmo que até então estivesse recebendo apoio institucional sérvio em resposta ao conflito russo-ucraniano. Porém, ressalta-se que este é apenas um primeiro passo: a entrada oficial de Kosovo ainda não foi aceita e o processo pode levar algum tempo, além de não ser garantido.

Portanto, conclui-se que, após 15 anos de independência, gradativamente o Kosovo tem conquistado seu reconhecimento e seu espaço internacional. De maneira oposta, a Sérvia não consegue lidar com o suporte externo que legitima a autoridade de sua antiga província. A forma pela qual isso tem sido realizado não enseja resolução dos conflitos, expandindo-os, inclusive, para outras esferas. Sendo assim, o relacionamento entre os dois países tende a continuar abalado por bastante tempo sem previsão de solução e afetando relações com os demais Estados.



Expansão da cooperação entre Turquia e Rússia

João Gabriel Fischer Morais Rego

Apesar de ser um membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Turquia vem expandindo suas relações com a Rússia, país oponente dessa organização. Dentro deste quadro, ao analisar o conflito russo-ucraniano, observa-se que Ancara não participa de todas as estratégias contra Moscou, porém critica a operação militar russa e fornece equipamentos militares a Kiev; tal postura visa a uma conduta pragmática com ambos os lados do conflito, alcançando vantagens estratégicas. Este artigo aborda, a partir da perspectiva turca, quais foram os elementos que auxiliaram no aumento da cooperação econômica e energética entre Turquia e Rússia, após o início das hostilidades entre Moscou e Kiev.

Devido às sanções contra a Rússia, o número de países com relações econômicas com Moscou reduziu consideravelmente. Contudo, Ancara percebeu que expandir suas relações com o país, neste cenário, poderia trazer alguns benefícios, já que a Turquia sofreu instabilidades econômicas nos últimos anos. Segundo a rede de notícias russa *RT*, em 2022, ambos os países assinaram um acordo para aumentar o comércio bilateral, visando a um volume de negócios de US\$ 100 bilhões anuais, utilizando o rublo como moeda nas negociações, inclusive nas relacionadas ao Gás Natural russo. Desse modo, o não uso do dólar pode ser visto como uma

estratégia para reduzir a influência econômica ocidental. A ampliação das relações transformou Ancara em um ator geoeconômico significativo para Moscou.

Já no contexto da cooperação energética, a Turquia possui interesses na energia nuclear, tecnologia dominada pela Rússia, e tem se beneficiado desta relação para obtê-la. Segundo o jornalista do *Middle East Eye*, Soylu, a empresa russa *Gazprombank* concordou em emprestar US\$ 9,1 bilhões para financiar a construção da usina nuclear de *Akkuyu*. Outro acordo ocorreu com a *Rosatom*, visando a construção da mesma usina, com transferência de US\$ 20 bilhões.

Dessa forma, os acordos demonstram oportunidades observadas por Ancara para atingir parte de seus objetivos econômicos e energéticos. Alguns elementos são identificados como causadores do aumento da cooperação entre os países: o primeiro deles foi a tentativa de isolamento político imposto contra Moscou; além disso, observa-se o interesse da Turquia nas receitas comerciais russas, devido aos impactos negativos que a economia do país sofreu nos últimos anos; e, ainda, há o interesse energético. Por fim, cabe pontuar que a ampliação da cooperação proporcionou um crescimento da influência regional turca, além do seu fortalecimento econômico e geopolítico.



O dilema da energia nuclear europeia e o papel da Rússia

Luiza G. Guitarrari

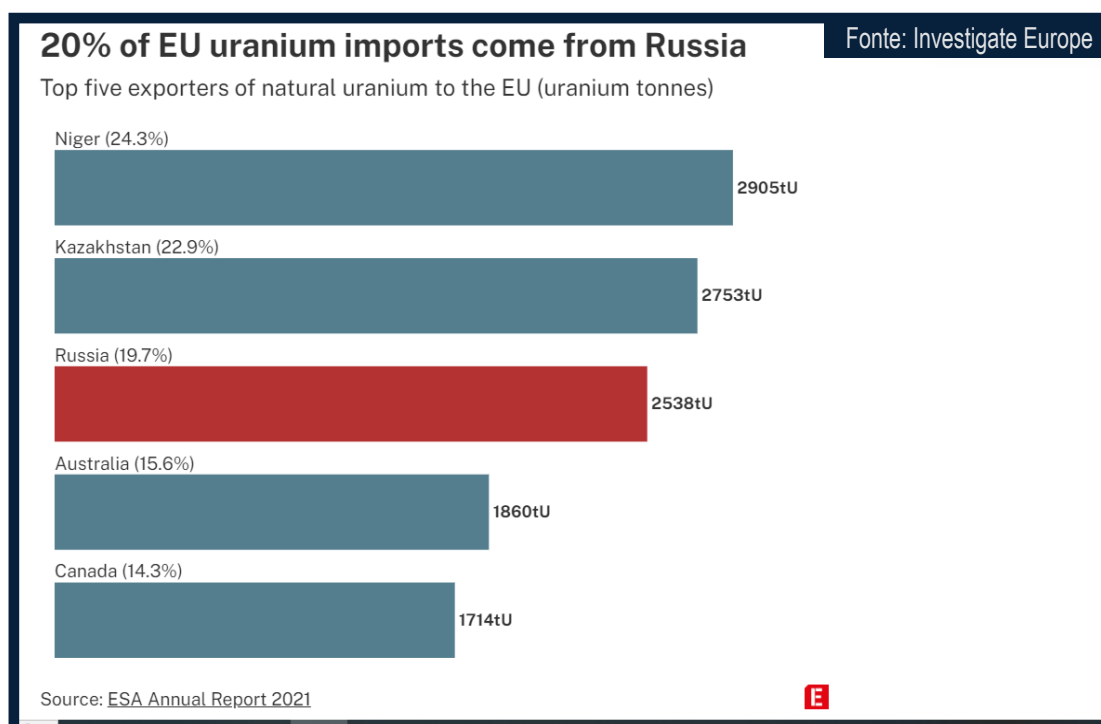
A energia nuclear é responsável por, aproximadamente, 10% da geração elétrica global, sendo a Rússia o principal produtor, com cerca de 40% da infraestrutura mundial de conversão de urânio em 2020. A *Rosatom*, empresa estatal russa, é a principal companhia no mercado de enriquecimento de urânio e segunda maior em produção no país; para 2023, a empresa projeta um crescimento de 15% em exportações, além da construção de 23 usinas no exterior. Diferentemente dos recursos fósseis, os nucleares não compõem o rol de sanções europeias, uma vez que todos os 27 Estados-membros precisam aprovar os setores sancionados. Portanto, como a energia nuclear se encaixa no dilema de segurança e sustentabilidade energética europeia?

Entre 15 e 16 de abril de 2023, os Ministros do Clima, Energia e Meio Ambiente do G7 reuniram-se no Japão para tratar sobre segurança e transição energética. Concomitante ao evento, ocorreu o Fórum de Energia Nuclear, que estabeleceu a cooperação entre Canadá, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido, para reduzir o controle russo sobre as cadeias de abastecimento de energia nuclear e estimular a autossuficiência do G7. A primeira reunião estabelecia metas para redução da produção de combustíveis fósseis e, assim como a segunda, posicionando a energia nuclear como elemento-chave da transição energética devido a sua baixa emissão

de carbono.

Nesse panorama ambiental, embora a energia nuclear seja um mercado forte, segue sendo também uma ameaça à segurança europeia. Assim, durante a reunião sobre o 11º pacote de sanções à Rússia, o governo húngaro foi o único a votar contrariamente à imposição de restrições ao setor nuclear russo, devido a sua alta dependência energética e por julgar economicamente inviáveis novos investimentos no segmento. Vale ressaltar que as sanções poderiam também afetar até 20% das importações de urânio europeias e 18 usinas nucleares no Leste Europeu, dependentes dos serviços e tecnologias da *Rosatom*. Na Europa, a substituição dessa estatal russa por outras empresas, bem como novas infraestruturas, poderiam levar entre sete e dez anos, a um custo estimado de US\$ 520 bilhões.

Em suma, a energia nuclear russa retoma a discussão do dilema energético da União Europeia, ao buscar fontes energéticas acessíveis, seguras e sustentáveis para seus cidadãos. Embora exista um tênue equilíbrio entre o uso pacífico e o militar dessa fonte, há desafios econômicos impostos para produção, vide o alto custo da indústria nuclear e a dependência global não somente do urânio e enriquecimento russo, mas da infraestrutura e expertise da *Rosatom*.



G7 Hiroshima Summit 2023: Japão e os apelos pela não-proliferação nuclear

Maria Eduarda Parracho e Thomas Placido

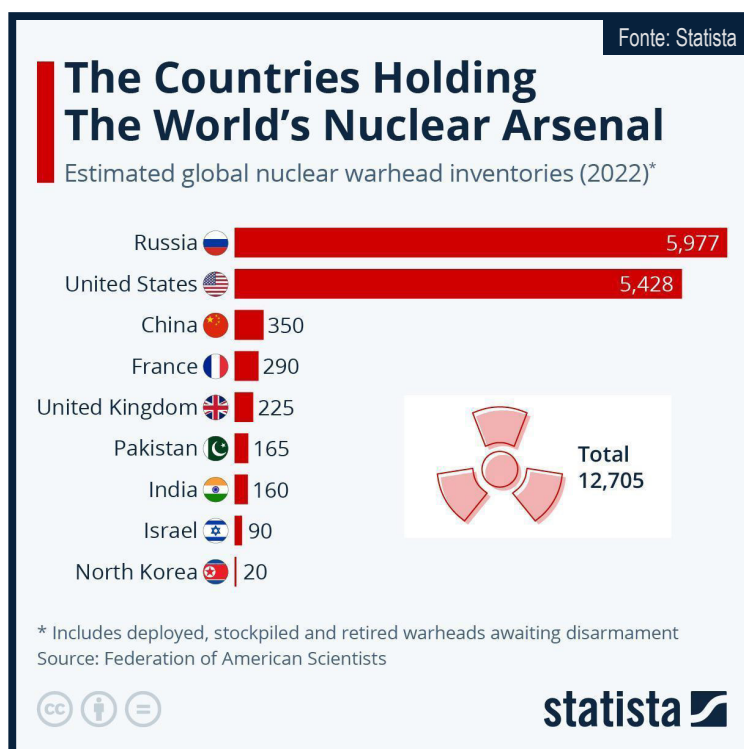
Sendo o único país a sofrer com os impactos de um ataque nuclear, o Japão construiu sua política externa do Pós-II Guerra (1939-1945) baseada no princípio da desnuclearização. A administração Fumio Kishida mantém-se firme em reiterar sua postura contra a proliferação nuclear — destacando seu compromisso pacifista no Sistema Internacional —, mesmo diante dos constantes testes norte-coreanos de mísseis balísticos, da possibilidade de utilização dessa tecnologia no conflito russo-ucraniano e dos anseios pela maior militarização das Forças de Autodefesa nacionais. Assim, entre os dias 19 e 21 de maio, o Japão sediou a cúpula do G7 — grupo composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido — na cidade de Hiroshima, onde foi sugerido o primeiro documento do grupo para estabelecer exclusivamente medidas que promovam o desarmamento nuclear mundial. Tendo em vista o foco temático deste ano, este artigo questiona-se como os apelos do Japão sobre a não-proliferação podem impactar a estabilidade geopolítica global.

O *Hiroshima Vision on Nuclear Disarmament* estabeleceu prioridades futuras para a desnuclearização. Este inédito documento acordado entre as nações do G7 condena veementemente qualquer teste desta natureza a partir do cumprimento das metas do *Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty* (CTBT). Baseada no plano de ação de Kishida para a cúpula, a declaração repudia o possível uso dessas armas e prevê maior transparência

dos países nuclearmente armados sobre o tamanho de seus arsenais, a redução progressiva de seus estoques e, por fim, o compromisso das sete nações em promover o uso da energia nuclear para fins pacíficos.

Entretanto, a *International Campaign to Abolish Nuclear Weapons* (ICAN), destacou que no *Hiroshima Vision* não foram especificadas de quais formas essas propostas seriam implementadas e verificadas e que, portanto, a discussão do G7 “resultou na reiteração de ideias e proposições que falharam em promover progresso ao longo das últimas três décadas”. O comunicado oficial limitou-se à condenação da Rússia e da Coreia do Norte que, embora justificáveis, desconsideram as doutrinas dos países nuclearmente armados pertencentes ao Grupo dos Sete (Estados Unidos, França e Reino Unido), embasadas no poder dissuasório de armamentos desse tipo e no equilíbrio de poder.

Portanto, apesar dos apelos incisivos para uma ação concreta a fim de impedir a disseminação de armas nucleares, entende-se que o Japão continua numa posição delicada internacionalmente, oscilando entre seu pacifismo e a realidade da crescente ameaça atômica. O equilíbrio entre a garantia de sua segurança e o compromisso com o desarmamento nuclear permanece como um dos dilemas de sua política externa, exigindo a busca constante de soluções diplomáticas e estratégicas efetivas.



O fortalecimento da cooperação de Defesa entre Índia e o continente africano

Maria Fernanda Császár

A Índia é, atualmente, a quinta maior economia e o país mais populoso do mundo. Para consolidar sua posição no tabuleiro de influência global, Nova Déli se preocupa tanto com sua projeção no Sul da Ásia, quanto em outras regiões. Nesse contexto, o continente africano, em especial os países da África Oriental, surgem como importantes aliados, representando uma oportunidade econômica e um ponto geopolítico estratégico para a segurança do Oceano Índico. Dessa forma, para garantir seus interesses, a Índia busca se aproximar dessas nações, via fortalecimento de laços de cooperação e Defesa. Portanto, cabe analisar como essa aproximação tem ocorrido e quais consequências ela pode trazer para os Estados envolvidos.

Recentemente, Nova Déli vem ampliando seu escopo de atuação no continente africano para além dos já tradicionais programas de desenvolvimento, assim, o país sul asiático tem se engajado em questões transnacionais, como a segurança marítima. A geoestratégia indiana para o Oceano Índico é pautada no princípio de *Security and Growth for All in the Region*, que defende a resolução pacífica e conjunta de situações relacionadas ao mar. Diante desse cenário, o país tem se aproximado das nações banhadas pelo Oceano Índico para promover a estabilidade e enfrentar as ameaças da região por meio de ações multinacionais, como o *Information Fusion Centre – Indian Ocean Region*. Esse órgão objetiva

o compartilhamento de informações para a segurança marítima regional e conta com a participação das Ilhas Seychelles, Ilhas Maurício, Estados Unidos e França.

Além da cooperação marítima, a Índia tem atuado como grande aliada no combate ao terrorismo nas nações africanas. O crescimento dessa ameaça assimétrica, na visão indiana, pede a ação conjunta e alinhada dos Estados para enfrentá-la; assim, Nova Déli tem estimulado diversos treinamentos militares com os países africanos. Especialmente com Moçambique, pode-se notar um grande esforço para reforçar os laços e garantir a presença indiana na região: o *India-Mozambique-Tanzania Trilateral Exercise*, realizado pela primeira vez em 2022, é um exemplo desse objetivo de demonstrar o comprometimento de Nova Déli para com as nações africanas ([Boletim 181](#)).

Ademais, os interesses indianos no continente africano não se restringem à escala regional. Em uma escala global, a aproximação com a África indica a possibilidade de contrabalancear a influência chinesa, além de uma disputa direta entre as potências pelo mercado de artigos militares: a Índia ainda não é um grande exportador de equipamentos bélicos, mas almeja alcançar, até 2025, US\$ 5 bilhões em vendas anuais nesse setor. Para os países da África, isso representa mais uma possibilidade de fortalecer suas Forças Armadas e suprir suas necessidades militares.



Entre a exploração e a preservação: o caso do rio Mekong

Guilherme Carneiro

O rio Mekong é o décimo maior rio do mundo e abriga uma grande diversidade biológica ao longo de suas águas. Entretanto, por também ser uma sub-região econômica, o rio se caracteriza por um constante processo de deterioração ambiental devido à intervenção humana. Por tais motivos, ocorreu na Tailândia, em março de 2023, o Simpósio de Pesquisas sobre o Mekong, que contou com iniciativas baseadas em soluções naturais para frear a deterioração deste corpo d'água. Assim, o presente artigo busca argumentar que tratar o Mekong somente como uma sub-região econômica é prejudicial para a biodiversidade local e para a população dos países banhados pelo rio.

Adentrando o espaço territorial de cinco nações do Sudeste Asiático — Camboja, Laos, Myanmar, Tailândia e Vietnã — o Mekong é o maior corpo de água doce da região. Nele habitam pelo menos 1.100 espécies, incluindo o golfinho de água doce e o bagre gigante, animais ameaçados de extinção devido, principalmente, à pesca excessiva, à poluição e às mudanças climáticas. Tais questões também prejudicam as populações locais que têm no rio sua principal fonte de subsistência: o Camboja, por exemplo, obtém do Mekong 70% das proteínas consumidas nacionalmente; o Laos abastece seu mercado energético por meio das hidrelétricas construídas no local; já o Vietnã,

depende do delta do rio para irrigação das plantações de arroz.

O cenário atual da bacia hidrográfica é o resultado de escolhas políticas dos países que comportam o Mekong — muitas vezes apoiados por atores estrangeiros — para reforçar suas economias às custas do corpo d'água. Ao compreendê-lo unicamente como uma sub-região econômica, os países do Sudeste Asiático sustentam as iniciativas que utilizam dragagem e detonação para comportar navios com maiores cargas; a pesca excessiva para aumentar a participação no mercado; a poluição para ampliar o setor industrial; e a construção de barragens ao longo do percurso do rio.

Encontrar um ponto de interseção que entenda o Mekong como um corpo hidrográfico que necessita ser preservado e uma área a ser explorada é um desafio, uma vez que o crescimento econômico acelerado dos países da região quase sempre se choca com a necessidade de preservação ambiental. Assim, visto que dentro das estratégias governamentais, as questões econômicas sempre são mais proeminentes que as ambientais, abrir espaços — como o Simpósio de Pesquisas sobre o Mekong — que desenvolvam soluções sustentáveis é essencial para dar fôlego ao discurso de conservação das bacias hidrográficas.



DOI 10.21544/2446-7014.n183.p14.

BRICS na Antártica: diferenças, semelhanças e possibilidades para o futuro

Gabriele Hernandez

Com a XV Cúpula dos BRICS marcada para agosto de 2023, e a reunião dos ministros de Relações Exteriores aguardada para julho, ambas a serem sediadas na África do Sul, a expectativa de negociações econômicas e estabelecimento de acordos entre seus cinco membros do grupo (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) voltou a ser pauta relevante no cenário internacional. Embora a Antártica não esteja na agenda, é viável conjecturar possíveis cenários para o futuro do continente envolvendo os países participantes.

Nenhum dos cinco membros dos BRICS reivindica territórios na região, fator em comum que viabiliza o cenário de diálogo entre os Estados, especialmente porque nenhum deles administraria setores caso houvesse alterações no Sistema do Tratado Antártico. No entanto, todos possuem inúmeros interesses regionais impulsionados por motivos diferentes. Dentre os participantes dos BRICS, os mais ativos na Antártica são a China e a Rússia. A Rússia foi o primeiro Estado a avistar o continente, em 1820, e atualmente está presente com atividades pesqueiras e com pesquisas de prospecção de petróleo em mares antárticos. Já a China, inaugurou sua participação na década de 1980, e iniciou na década de 2010 seu ápice de presença antártica. Além de seus recursos naturais e localização estratégica, a Antártica também serve aos interesses do programa espacial e de telecomunicações chinês, bem como futura

rota de escoamento de produtos.

Outro país bastante ativo na região é a Índia, que inclui a Antártica como fronteira final em seu entorno estratégico de exploração mineral no leito do Oceano Índico. O relacionamento com a China, porém, é complexo devido às disputas de influência geopolítica que, apesar de não incluírem a Antártica, estão entrelaçadas no Indo-Pacífico. Com a situação mais neutra, Brasil e África do Sul têm potencial para equilibrar institucionalmente as possíveis contendas. O Brasil possui a terceira maior presença antártica na América do Sul e, com a inclusão da região em seu entorno estratégico, o país detém maior capacidade para reiterar o debate sobre a neutralidade do continente gelado diante das mudanças climáticas. A África do Sul, por sua vez, é o único país africano presente no Tratado da Antártica e é ponto de partida para acessá-la, graças à sua localização, fator que eleva sua importância regional.

Apesar dos interesses distintos, o mar é extremamente relevante para os cinco países, e a Antártica se liga diretamente ao entorno estratégico de quatro deles. A cooperação dos BRICS para este local, pode diminuir a esfera de influência do norte global e elevar o status de seus membros de maneira sólida. O desafio é encontrar um lugar-comum de interesses, especialmente no caso da China e da Índia.

DOI 10.21544/2446-7014.n183.p15.

TEMAS ESPECIAIS

Ciberataques: ameaças à digitalização das cadeias globais de valor

Victor Magalhães Longo

Em fevereiro de 2022, a *Expeditors International of Washington* — importante empresa de logística internacional — notou que um ataque *hacker* havia penetrado em sua rede interna, levando-a a desativar diversos sistemas tecnológicos para proteger sua infraestrutura. Após quatorze meses, além da perda de aproximadamente US\$ 47 milhões, a empresa ainda enfrenta consequências do ataque, dado um processo judicial de um dos seus contratantes devido ao comprometimento das operações. Esse é um exemplo de um fenômeno cada vez mais comum: os ciberataques às cadeias globais de valor. Além de gerarem danos econômicos e atrasos, esses podem ser uma ameaça à segurança nacional quando afetam cadeias críticas. Assim sendo, é importante que esse tema também seja discutido sob a ótica da Segurança e Defesa.

Os problemas causados por disrupções nas cadeias

globais de valor não são uma questão nova. A novidade é que a digitalização dessas cadeias deu origem a um novo tipo de fragilidade, a cibernética. A expansão do espaço cibernético e o valor crescente dos dados permitiu que grupos anônimos e maliciosos em qualquer parte do mundo explorassem falhas de segurança digitais, permitindo-os roubar, extorquir ou causar grandes danos a empresas ou governos. Isso já tem feito com que essas organizações se preocupem em adotar práticas de cibersegurança e protocolos de contenção de crises, uma vez que é fundamental existir um plano de ação caso um ataque *hacker* seja bem sucedido.

A criação de resiliência digital é desafiadora, porém extremamente necessária, especialmente quando tratamos das cadeias globais de valor — que podem ser compreendidas como o conjunto dos diversos processos espalhados pelo mundo necessários para

levar produtos aos consumidores finais. Nesse sentido, pela própria natureza de um ciberataque, o alvo visado pelos criminosos (ou por nações inimigas) é sempre o elo mais fraco, de modo que construir resiliência nas cadeias globais não depende apenas de uma empresa, mas de todos os membros que participam da mesma. Por esse motivo, já é uma realidade que empresas se preocupem com o risco cibernético ao selecionarem seus fornecedores. Aqueles com práticas frágeis de cibersegurança se tornam não-confiáveis e tendem a perder espaço. É relevante notar também uma rápida

expansão de um mercado de empresas que prestam serviços de assessoria e seguros especificamente voltados para os riscos cibernéticos.

Em síntese, a prevenção e administração de riscos cibernéticos já se tornou fundamental para qualquer cadeia global de valor, e é do interesse dos Estados que esses riscos sejam contidos quando se tratam de cadeias críticas para a segurança nacional, como energia, medicamentos e alimentos. Dado o avanço imparável da digitalização, prevalecerão os mais capazes de amenizar seus riscos ao mesmo tempo que colhem seus benefícios.



DOI 10.21544/2446-7014.n183.p15-16.

- ▶ [The Quad's Big Moment](#)
PROJECT SYNDICATE, Richard Maude; Daniel Russel; C. Raja Mohan; Takako Hikotani e Bates Gill
- ▶ [Will the Invasion of Ukraine Change Russia-Africa Relations?](#)
CARNEGIE, Ronak Gopaldas
- ▶ [Arctic Harmony Is Falling Apart](#)
FOREIGN POLICY, Elisabeth Braw
- ▶ [Six Questions Every DOD AI and Autonomy Program Manager Needs to Be Prepared to Answer](#)
CSIS, Gregory C. Allen
- ▶ [Israeli firm reveals unmanned submarine BlueWhale](#)
DEFENSE NEWS, Seth J. Frantzman

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Eduarda Parracho e Taynah Pires

MAIO

Principais eventos de 24 a 31 de maio

25



BÉLGICA

ENCONTRO DOS MINISTROS
DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO CONSELHO DA UNIÃO
EUROPEIA

28



TURQUIA

2º TURNO DAS ELEIÇÕES

30



BRASIL

CÚPULA DE PRESIDENTES
SUL-AMERICANOS

30-01



PORTUGAL

LISBON ENERGY SUMMIT &
EXHIBITION 2023

JUNHO

Principais eventos de 01 a 12 de junho

01



MOLDÁVIA

2ª CÚPULA DA COMUNIDADE
POLÍTICA EUROPEIA

04



MÉXICO

ELEIÇÕES LOCAIS

04



GUINÉ BISSAU

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

05-09



ÁUSTRIA

REUNIÃO DO CONSELHO DA
AGÊNCIA INTERNACIONAL
DE ENERGIA ATÔMICA

- Morte Cruzada: um ultimato diante da instabilidade equatoriana**
LIRA, Roberto de. [Guillermo Lasso passa a governar o Equador por decreto até as novas eleições](#). InfoMoney, 17 mai. 2023. Acesso em: 18 mai. 2023.
CANIZARES, Ana Maria. [Presidente do Equador dissolve Parlamento e convoca novas eleições no país](#). CNN Brasil, 17 mai. 2023. Acesso em: 18 mai. 2023.
 - Crise climática e segurança hídrica estadunidense**
NIELSEN, Ella. [Western states and feds are closing in on a landmark deal to prevent Lake Mead from plummeting further](#). CNN, 17 de mai. de 2023. Acesso em: 18 de mai. de 2023.
PARTLOW, Joshua. [States near historic deal to protect Colorado River](#). Washington Post, 17 mai. 2023. Acesso em: 18 mai. 2023.
 - Como a crise política no Sudão se transformou em uma guerra civil?**
AHMADI, Ali Abbas. [Who are the major international actors involved in Sudan's violence?](#). The New Arab, 18 abr. 2023. Acesso em: 04 mai. 2023.
MACKINNON, Amy; GRAMMER, Robbie; DETSCH, Jack. [Russia's Dreams of a Red Sea Naval Base Are Scuttled - For Now](#). Foreign Policy, 15 jul. 2022. Acesso em: 04 maio 2023.
 - A estratégia de desenvolvimento cabo-verdiana no Atlântico Sul**
[Portugal reaches debt settlement with Cape Verde](#). AfricaNews, 25 jan. 2023. Acesso em: 16 mai. 2023.
CABO VERDE. [Cabo Verde enquanto SIDS reivindica o reconhecimento das suas especificidades e uma discriminação positiva](#). Governo de Cabo Verde, 28 jun. 2022. Acesso em: 16 mai. 2023.
 - Kosovo avança com sua soberania no cenário internacional**
KANI, Bahri; RUJEVIĆ, Nemanja. [O que está por trás das tensões entre o Kosovo e a Sérvia?](#) DW, 28 dez. 2022. Acesso em: 20 mai. 2023.
[Kosovo takes 'historic step' towards joining Council of Europe](#). Euronews, 25 abr. 2023. Acesso em: 20 mai. 2023.
 - Transição e segurança energética na europa: alianças no Mar do Norte**
KOUTSOKOSTA, Efi; CHADWICK, Lauren. [European countries sign declaration to make North Sea wind power hub](#). Euronews, 25 abr. 2023. Acesso em: 20 mai. 2023.
[The North Seas Energy Cooperation](#). European Commission, 2023. Acesso em: 20 mai. 2023.
 - Uma análise sobre a expansão da cooperação entre Turquia e Rússia**
[Russia and Türkiye agree to boost trade](#). RT News, 27 abr. 2023. Acesso em: 20 mai. 2023.
SOYLU, Ragip. [Russian state firm signs \\$9.1bn loan deal to fund nuclear plant in Turkey](#). Middle East Eye, 16 set. 2022. Acesso em: 20 mai. 2023.
 - O dilema da energia nuclear europeia e o papel da Rússia**
WESOLOWSKY, Tony. [The Rosatom Exemption: How Russia's State-Run Nuclear Giant Has Escaped Sanctions](#). Rferl, 15 jun. 2022. Acesso em: 20 mai. 2023.
STRICKER, Andrea; RUGGIERO, Anthony. [Ending Global Reliance on Russia's Nuclear Energy Sector](#). FDD, 03 fev. 2023. Acesso em: 20 mai. 2023.
 - G7 Hiroshima Summit 2023: Japão e os apelos pela não-proliferação nuclear**
DOMINGUEZ, Gabriel. [G7 adopts Kishida's vision for a nuke-free world, but disarmament likely elusive](#). The Japan Times, 20 mai. 2023. Acesso em: 20 mai. 2023.
POWER, John. [Japan PM Kishida wants to abolish nuclear arms but build military](#). AlJazeera, 19 mai. 2023. Acesso em 19 mai. 2023.
 - O fortalecimento da cooperação de defesa entre Índia e o continente africano**
JOSHIRAO, Swarali. [First-ever India-Africa Army Chiefs' Conclave: 25 partner nations of Africa participate in current exercise](#). Times Now, 28 mar. 2023. Acesso em: 05 abr. 2023.
MISHRA, Abhishek. [Boosting India-Africa defence and security partnership](#). OFR, 24 mar. 2023. Acesso em: 07 abr. 2023.
 - Entre a exploração e a preservação: o caso do rio Mekong**
[Democratising data for more inclusive governance to strengthen conservation in the Mekong Basin](#). IUCN. 20 abr. 2023. Acesso em 01 mai. 2023.
ZAWACKI, Benjamin. [No Mainstream: The Mekong's Competing Definitions](#). The Diplomat, 12 abr. 2023. Acesso em 01 mai. 2023.
 - BRICS na Antártica: diferenças, semelhanças e possibilidades para o futuro**
[África do Sul receberá membros do BRICS em agosto](#). Terra, 17 mai 2023. Acesso em: 20 mai. 2023.
[BRICS recebem 19 pedidos de filiação em 2023](#). Valor Investe, 24 abr. 2023. Acesso em: 20 mai. 2023.
 - Ciberataques: ameaças à digitalização das cadeias globais de valor**
JONES, George. [Digital innovation and cyber risk in global supply chains](#). Marsh, 26 abr. 2023. Acesso em: 4 mai. 2023.
NASH, Kim S. [A Cyberattack Forced a Logistics Company to Temporarily Halt Operations](#). The Wall Street Journal, 26 abr. 2023. Acesso em: 18 mai. 2023.
- O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [Armenia will recognize Karabakh as part of Azerbaijan if security guaranteed: PM. Alarabiya News](#), 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.
- BURKINA FASO - Conflitos internos: [Burkina Faso: six personnes arrêtées pour incitation à un attroupement armé. RFI](#), 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.
- HAITI - Conflitos internos: [World Bank approves US\\$80 million grant for Haiti's water supply. Loop Caribbean News](#), 20 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.
- IÊMEN - Conflitos internos: [UN envoy reports on progress towards Yemen peace agreement. UN News](#), 17 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Lebanon's tanking economy increasingly cash-based: World Bank. France 24](#), 17 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.
- MALI - Conflitos internos: [Russian mercenaries behind slaughter of 500 in Mali village, UN report finds. The Guardian](#), 20 mai. 2023. Acesso em: 20 mai. 2023.
- MIANMAR - Conflitos internos: [UN expert says Myanmar imported \\$1 billion in arms since coup, much of it from Russia and China. CNN News](#), 19 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Wagner announces it'll leave Bakhmut by 1 June, but Ukraine says the battle for the city isn't over. Euronews](#), 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.
- SÍRIA - Crise regional: [Syria's Assad attends first Arab league summit in 12 years, meets with African leaders. Africanews](#), 19 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023..
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [African Union Transition Mission in Somalia \(ATMIS\) and Hirshabelle Police agree increased cooperation in Jowhar. Zawya](#) 21 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.
- SUDÃO - Conflito interno: [Fighting continues in Khartoum as Sudan envoys, mediators meet in Saudi Arabia. France 24](#), 08 mai. 2023. Acesso em: 08 mai. 2023.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS - Crise regional: [Over 1,500 Political Prisoners in Belarus. U.S. Embassy in Belarus](#), 22 mai. 2023. Acesso: 22 mai. 2023.
- EQUADOR - Crise sociopolítica: [Guillermo Lasso: Ecuador's President dissolves parliament. BBC News](#), 18 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.
- ETIÓPIA - Crises internas: [Ethiopia peace deal offers Tigrayans hope but dilemmas persist. The Africa Report](#), 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.
- ISRAEL - Crise regional: [Three Palestinians killed by Israeli forces in raid on Nablus. Al Jazeera](#), 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• PAQUISTÃO - Crise sociopolítica: [Pakistan needs a new vision — an intra-elite war isn't the answer](#). **Al Jazeera**, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• PERU - Crise sociopolítica: [Peru: UN expert calls for accountability and political reform to overcome crisis](#). **Office of the High Commissioner for Human Rights**, 18 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [Kenya deploys new commander to pacify DR Congo](#). **The East African**, 20 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [‘Nos abandonaron’: afganos desafían los peligros del Darién en busca del sueño americano](#). **The New York Times**, 21 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [4 fatores que explicam a nova desaceleração econômica na Venezuela](#). **BBC News**, 21 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

► EM MONITORAMENTO:

• AFGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Promoting Community Resilience through the Humanitarian, Basic Needs, and Conflict Sensitivity Nexus](#). **Relief Web**, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• ÁFRICA DO SUL - Crise energética: [South Africa's Eskom warns of longer power cuts this winter](#). **Reuters**, 18 mai. 2023. Acesso em: 20 mai. 2023.

• CHILE E PERU - Crise migratória: [Un mes atrapados en el desierto de la Concordia o el precio de cruzar la frontera](#). **El Salto**, 20 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• COLÔMBIA - Instabilidade sociopolítica: [Colombia's Talks With ELN Stumbling, Again](#). **Insight Crime**, 19 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• COREIA DO NORTE - Crise regional: [Allies work on sharing North Korea missile warning data](#). **Korea Times**, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [Porqué la estrategia de seguridad de Nayib Bukele podría fracasar](#). **Foreign Affairs Latino América**, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• ÍNDIA - Instabilidade social: [Manipur: Territorial Army ensures security to energy fields amid impending crisis rising from ethnic clashes](#). **India Today NE**, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• IRÃ - Crise estrutural e regional: [EU imposes new sanctions on Iran officials, entities over crackdown on protests](#). **Alarabiya News**, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• LÍBIA - Instabilidade sociopolítica: [Libya Can Move Past Its Political Deadlock, But It Will Take Work to Maintain A ‘Deal’](#). **United States Institute of Peace**, 19 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [China Adds Specious Claims to Its Ownership of the South China Sea](#). **Asia Sentinel**, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [EU plans to financially support SADC troops in Cabo Delgado](#). **Africa Intelligence**, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• NICARÁGUA - Crise política: [La persecución no cesa en la Nicaragua de Ortega y Murillo, alerta Raza e Igualdad](#). **Swissinfo**, 18 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• NIGÉRIA - Crises internas: [Nigeria, Cameroon beef up security in Bakassi as BnL ultimatum expires](#). **The Guardian Nigeria**, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA - Instabilidade social: [Impact of Sudan crisis in the Central African Republic \(Flash Update 17 May 2023\)](#). **Relief Web**, 19 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• SRI LANKA - Crise estrutural: [Crisis-Hit Sri Lanka Signs Deal With Chinese Oil Company](#). **Outlook**, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.

• TAIWAN - Tensões China-EUA: [China ramps up microchip trade war with US as tensions rise over Taiwan](#). **The Telegraph**, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.